



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 22 Nº 09
Setembro de 2013

Transformações setoriais e concentração regional

Nas últimas décadas, foi possível constatar a diminuição da participação do emprego industrial no total do emprego, especialmente em países industrializados, em parte devido a inovações tecnológicas incorporadas nos processos produtivos e mudanças na divisão internacional do trabalho. Tomando a situação no Rio Grande do Sul (tabela), pode-se verificar a queda da participação do emprego industrial entre 2000 e 2010. No período, o Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial também perdeu participação no VAB estadual (25,7% para 24,3%), indicando que a queda no emprego industrial se deve mais ao declínio relativo do setor que a ganhos de produtividade deste. Paralelamente, cresceu o setor serviços, que engloba atividades diversas e gera análises contraditórias. Alguns apontam a precariedade dos empregos e a fragilidade das relações trabalhistas no setor, enquanto outros veem com otimismo um cenário em que os serviços, e não mais a indústria, dinamizam a atividade econômica.

Para avançar nessas questões, deve-se abordar os serviços na sua heterogeneidade. Uma forma usual na literatura para separar os diferentes serviços consiste em quatro grupos: produtivos, distributivos, sociais e pessoais. O foco deste texto é nos serviços produtivos, os quais são demandados majoritariamente pelas indústrias, para realizar ou viabilizar seu processo produtivo. O Censo de 2010 aponta que, no Rio Grande do Sul, os serviços produtivos têm taxa de formalização maior que os demais serviços (62% contra 48%), assim como maior rendimento médio (R\$ 1.682,00 e R\$ 1.177,00 respectivamente). Isso indica o perfil diferente nas condições de emprego dos serviços produtivos em relação aos baixos salários e à informalidade, característicos do Setor Terciário.

Outra questão a tratar é relativa aos impactos regionais da concentração setorial do emprego. Tradicionalmente, a indústria tende a concentrar-se espacialmente, e assim foi durante quase todo século XX no Estado. Entretanto, devido à escassez e ao encarecimento do espaço urbano na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), especialmente na Capital, e a mudanças na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul, a indústria vem-se expandindo para cidades menores e regiões antes menos industrializadas. Tanto em 2000 quanto em 2010, excluídos os municípios com menos de 10.000 habitantes, o emprego industrial já apresenta participação similar em municípios de diferentes tamanhos, com exceção de Porto Alegre, onde o emprego industrial responde por 6,4% do total em 2010, muito abaixo dos outros estratos.

Quando se olha para o emprego em serviços produtivos, porém, vê-se uma concentração notável nas cidades de maior porte. A participação no emprego é maior quanto maior for a população dos municípios, com um grande salto

em Porto Alegre. Isso indica ainda haver uma dinâmica concentradora, e que a queda do emprego industrial da Capital não representa uma perda de centralidade, e sim uma mudança em sua natureza, agora baseada, ao menos em parte, nesses serviços produtivos.

Se o emprego industrial se espalha para municípios menores, as atividades administrativas, financeiras e de maior conteúdo tecnológico — representadas, em grande parte, nos serviços produtivos — seguem concentradas na Capital e nas outras cidades mais populosas. Por outro lado, ainda que concentrados, os empregos em serviços produtivos ganham participação em municípios de todos os portes, indicando expansão generalizada do setor.

Deve-se ter em mente que esses serviços se fortalecem onde há uma base industrial: se o emprego industrial se torna menos importante, não se pode concluir diretamente que a indústria também se torna, pois é o sucesso desta que permite a expansão dos serviços produtivos, ao menos como ponto de partida. Por outro lado, o desenvolvimento destes, além de gerar empregos de maior remuneração, é central também para fortalecer a indústria, uma vez que, dos serviços produtivos, vêm os principais ganhos de produtividade e as novas tecnologias. Por fim, mesmo tendo crescido generalizadamente, são atividades de natureza concentradora e típicas de grandes cidades, cuja expansão pode reforçar disparidades regionais. Destaca-se, então, a importância dos principais centros urbanos fora da RMPA para a expansão não concentradora do setor no futuro.

Participação percentual dos serviços produtivos e da indústria no emprego urbano total, segundo classes de municípios por tamanho da população, no RS — 2000 e 2010

POPULAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇOS PRODUTIVOS (1)		INDÚSTRIA (2)	
	2000	2010	2000	2010
Mais de 10.000 hab.	2,2	2,9	19,1	18,0
De 10.000 a 50.000 hab.	4,0	5,4	25,2	21,1
De 50.000 a 100.000 hab. ..	5,6	7,0	23,6	21,9
De 100.000 a 250.000 hab.	7,2	10,0	20,8	18,4
De 250.000 a 500.000 hab.	8,0	9,9	23,8	19,6
Mais de 500.000 hab. (3)	14,8	18,4	8,8	6,4
RS	7,7	9,8	20,6	18,9

FONTE: Censo IBGE 2000/2010.

(1) Serviços financeiros, atuariais, jurídicos, contábeis, de engenharia, arquitetura e outros serviços técnico-profissionais, pesquisa e desenvolvimento, telecomunicações, informática. (2) Excluindo a construção civil. (3) Porto Alegre.

Jaime Carrion Fialkow
Economista, Pesquisador da FEE

Dez anos de planos de safra

O modelo de intervenção estatal no setor rural, base da política de modernização agrícola conservadora adotada no final dos anos 60, deu lugar ao regime de liberalização comercial no final dos anos 80. Nos anos seguintes, ocorreram o declínio e a extinção de medidas de amparo ao setor rural, dentre as quais se destacam a drástica redução do crédito oficial, o menor controle de garantia de preços, a queda nas aquisições públicas para formar estoques reguladores, bem como a desativação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Tais mudanças impactaram o setor e agravaram os riscos para as atividades agrícolas.

Todavia, em meados dos anos 90, a estabilização monetária da economia viabilizou a introdução de uma política agrícola de longo prazo, menos intervencionista e com um padrão de financiamento à agricultura baseado em variadas fontes de crédito e novos mecanismos de comercialização. Para a parcela do setor rural definida como agricultura familiar, até então desvalorizada, foram instituídos programas específicos com base legal na **Constituição de 1988**, com vistas a combater a pobreza rural, aumentar a produção de alimentos e melhorar as condições de vida das famílias agricultoras. As diretrizes da política agrícola passaram a ser divulgadas nos denominados planos de safra, constituídos de um amplo conjunto de ações estabelecidas em consonância com a conjuntura macroeconômica e com os mercados interno e externo.

O Governo Federal lança, anualmente, dois planos de safra: **Plano Agrícola e Agropecuário** através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e **Plano Safra Para a Agricultura Familiar**, sob os cuidados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ambos estabelecem as medidas que vigoram de julho a junho do ano seguinte, para orientar grandes, médios e pequenos agricultores.

A cada ano, o Governo reajusta as regras para a agricultura empresarial e aperfeiçoa as políticas públicas de amparo ao agricultor familiar. Um intrincado sistema de consultas e ajuste entre agentes do setor agropecuário, os dois ministérios envolvidos e os órgãos responsáveis pelas finanças (Ministério da Fazenda, Banco Central e Conselho Monetário Nacional) baseiam as definições do aporte financeiro.

Dentro dos limites estipulados anualmente pelo Governo, os recursos podem ser tomados para financiar custeio, investimento e comercialização, em bancos estatais e bancos privados, a taxas inferiores às praticadas pelo mercado financeiro. Mas, convém lembrar, essas operações ocorrem dentro da lógica do sistema bancário de dar preferência aos clientes que oferecem os menores riscos.

Os dois planos lançados recentemente para o ano-safra 2013/2014 tiveram ampla e favorável repercussão, com destaque para duas atuações: a dotação de recursos para aumentar a capacidade de armazenagem de grãos, considerada um gargalo no escoamento da produção, e o encaminhamento da reedição do serviço nacional de assistência técnica e extensão rural.

Os dados da tabela mostram a evolução dos recursos ofertados para a agricultura empresarial e para a agricultura familiar, de 2003 a 2013. Nela, observa-se, em valores nominais, importante ampliação do volume de créditos à disposição dos dois segmentos sociais da agricultura. Para a agricultura empresarial, a oferta passou de R\$ 27 bilhões para R\$ 136 bilhões e, para a agricultura familiar, evoluiu de R\$ 5 bilhões para R\$ 39 bilhões nos últimos 10 anos-safra. Mas, como se pode notar, especialmente na agricultura familiar, os recursos utilizados não atingem a totalidade posta à disposição — sinal de que o sistema precisa ser aperfeiçoado para lançar maior número de famílias de agricultores carentes no processo produtivo.

Evolução do crédito rural programado e do aplicado no Brasil — safras de 2003/2004 a 2013/2014

ANO-SAFRA	AGRICULTURA EMPRESARIAL		AGRICULTURA FAMILIAR	
	Programado Jul./Jun.(1)	Aplicado Jul./Jun. (%)	Programado Jul./Jun.(1)	Aplicado Jul./Jun. (%)
2003/2004	27,2	130,2	5,0	87,4
2004/2005	39,5	108,4	7,0	80,1
2005/2006	44,4	95,5	9,0	78,2
2006/2007	50,0	92,0	10,0	78,4
2007/2008	58,0	113,6	12,0	67,2
2008/2009	65,0	101,0	13,0	74,6
2009/2010	93,0	93,3	15,0	76,6
2010/2011	100,0	94,5	16,0	71,9
2011/2012	107,2	(2) 76,2	16,0	(2) 72,8
2012/2013	115,3	(3) 92,1	18,0	(3) 87,3
2013/2014	136,0	-	39,0	-

FONTE: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola.

(1) Valores nominais em R\$ bilhões. (2) Aplicação de jul./11 a maio/12.

(3) Aplicação de jul./12 a maio/13.

Marinês Zandavali Grando
Economista, Pesquisadora da FEE

Mobilidade da soja gaúcha

A soja é uma das principais culturas do Rio Grande do Sul, tendo ocupado, desde 2010, mais de 50% do total da área plantada da lavoura temporária, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Mesorregião Noroeste é a principal produtora do grão, sendo responsável por mais de 60% do volume total produzido no Estado.

Nos últimos dois anos, algumas regiões do Estado não tradicionais no cultivo da soja vêm aumentando sua participação relativa na área plantada dessa cultura. É o caso das Mesorregiões Sudeste e Sudoeste rio-grandenses. Em 2012, a participação da Mesorregião Sudeste na área plantada da soja passou de 6,5% para 8,3%, subindo para 9,8% em 2013. Já a participação da Sudoeste evoluiu de 3,0% em 2011 para 3,4% em 2012 e para 5,1% em 2013. Essa expansão da área da soja tem como causa o aumento nos preços, influenciado principalmente pela demanda chinesa.

As duas mesorregiões mencionadas destacam-se tradicionalmente na pecuária e no cultivo do arroz. Observa-se, entretanto, que não está ocorrendo a substituição de uma cultura por outra. A estrutura da área plantada do arroz mantém-se estável ao longo dos anos, sendo que a Mesorregião Sudeste possui uma participação média de 18,5%, e a Sudoeste, de 40,6%. Da mesma forma, a pecuária não apresentou alterações na quantidade do efetivo. Ainda assim, não se pode descartar a possibilidade de o aumento da área destinada à soja nas Mesorregiões Sudeste e Sudoeste em 2013 estar ocupando uma área que anteriormente era destinada à pecuária.

Outra mesorregião que vem aumentando sua participação relativa na área plantada de soja é a Centro Oriental.

Panorama da indústria de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos

Os produtos finais da indústria de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos (EMHO) têm seu uso relacionado às práticas médicas, ou seja, prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças. Consistem numa gama muito diferenciada de bens, envolvendo desde equipamentos de alta complexidade (como aparelhos de ressonância magnética) até materiais de uso corrente (como seringas, luvas e aventais). Em consequência, uma grande heterogeneidade tecnológica caracteriza o setor, sendo que alguns segmentos incorporam a seus produtos conhecimentos científicos de ponta, sobretudo nas áreas da microeletrônica, da mecânica de precisão e da química fina.

O mercado internacional de EMHO é dominado por países desenvolvidos, sendo que somente Estados Unidos e Japão participam em mais de 50% das vendas mundiais. Nesse mercado, a competição é baseada na diferenciação de produtos, razão pela qual os investimentos em pesquisa e desenvolvimento têm papel essencial na ampliação e na conquista de novos mercados. O esforço inovativo, com vistas à crescente sofisticação dos produtos, é o imperativo que está na base da dinâmica desse setor.

No Brasil, a indústria de EMHO caracteriza-se pela predominância de empresas de pequeno e médio portes, com baixa e média tecnologia. Verifica-se uma concentração espacial no Estado de São Paulo, onde se localizam 75% das

Como é possível observar na tabela abaixo, essa participação passou de 3,6% em 2011 para 5,4% em 2013. As principais culturas da lavoura temporária nessa região são o milho e a soja. A área destinada à plantação do milho vem decrescendo desde 2009, sendo que, em 2011, esta foi, pela primeira vez, menor que a área destinada à soja. Já a quantidade produzida de milho se mantém relativamente constante, o que indica um aumento de produtividade dessa cultura.

Participação relativa da soja, por mesorregião, na área plantada do RS — 2011-13

MESORREGIÕES	2011	2012	2013
Noroeste	68,0	64,4	60,0
Nordeste	5,2	5,1	5,1
Centro Ocidental	13,1	13,2	13,3
Centro Oriental	3,6	4,6	5,4
Metropolitana de Porto Alegre ...	0,5	1,0	1,4
Sudoeste	6,5	8,3	9,8
Sudeste	3,0	3,4	5,1
RIO GRANDE DO SUL	100,0	100,0	100,0

FONTE: LSPA/IBGE.

Carolina Agranonik
Economista, Pesquisadora da FEE

empresas. O setor atende cerca de 55% da demanda nacional de EMHO, e os segmentos de produtos odontológicos, implantes e materiais de consumo são os mais dinâmicos. O Brasil importa principalmente bens de alto valor agregado, como equipamentos para diagnóstico por imagem, sobretudo dos EUA, Alemanha e Japão. As exportações brasileiras estão centradas em materiais de consumo médico-hospitalar, destinadas principalmente aos países do Mercosul. Em alguns produtos da linha odontológica, bem como em incubadoras para recém-nascidos, o Brasil desenvolveu bom nível de competitividade internacional.

A indústria gaúcha de EMHO não tem uma participação significativa, representando apenas 5% do emprego brasileiro no setor. Em 2010, contavam-se 224 empresas localizadas, em grande parte, na Região Metropolitana de Porto Alegre e em Pelotas.

As perspectivas de crescimento da indústria de EMHO são promissoras, em face, por um lado, das mudanças no perfil etário da população (aumento da esperança de vida e da incidência de doenças crônico-degenerativas) e, por outro, da ampliação da demanda por serviços públicos de saúde.

Áurea Breitbach
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — fev.-jul./13

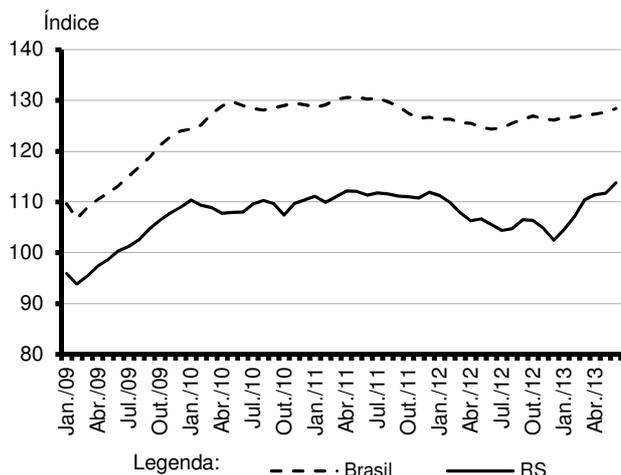
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Fev./13	0,60	1,47	6,31	0,29	0,63	8,29	
Mar./13	0,47	1,94	6,59	0,21	0,84	8,05	
Abr./13	0,55	2,50	6,49	0,15	0,99	7,30	
Mai./13	0,37	2,88	6,50	0,00	0,99	6,22	
Jun./13	0,26	3,15	6,70	0,75	1,75	6,31	
Jul./13	0,03	3,18	6,27	0,26	2,02	5,18	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jun./13



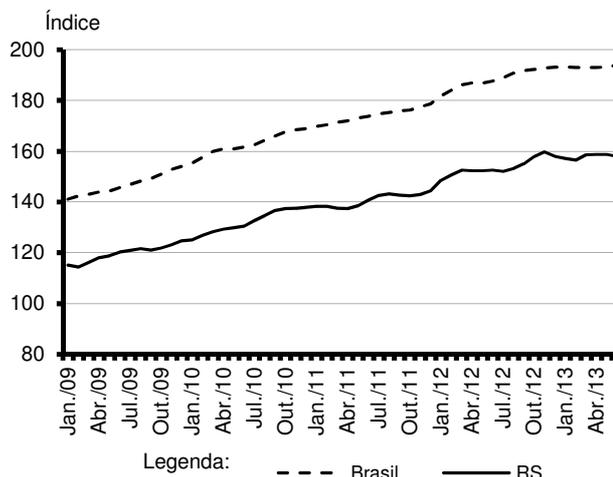
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jun./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — fev.-jul./13

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai./13	Jun./13	Jul./13		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,97	1,98	2,00	2,03	2,17	2,25	2,06	2,06
Taxa de câmbio efetiva real (3)	83,9	83,0	83,5	84,6	90,0	94,0	86,5	87,1
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	7,25	7,25	7,50	8,00	8,00	8,50	7,68	7,54
Superávit primário (% do PIB)	0,8	-1,0	-2,6	-1,4	-1,3	-0,6	-2,0	-1,9
Balança comercial (US\$ milhões)	-1.278	163	-995	758	2.301	-1.898	-4.989	4.496
Exportações (US\$ milhões)	15.550	19.320	20.631	21.822	21.134	20.807	135.231	239.594
Importações (US\$ milhões)	-16.828	-19.157	-21.626	-21.064	-18.833	-22.704	-140.220	-235.098
Transações correntes (US\$ milhões)	-6.600	-6.862	-8.300	-6.388	-3.953	-9.018	-52.472	-77.713

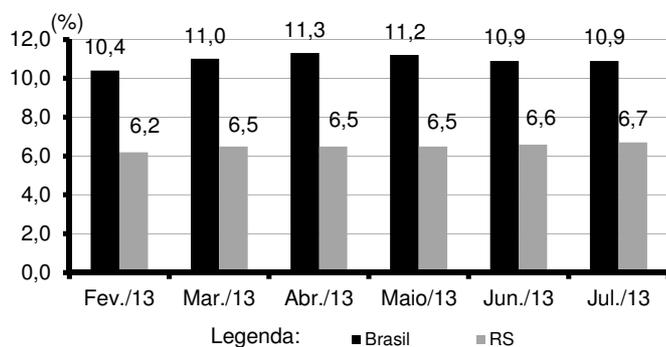
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 22 nº 09

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — fev.-jul./13

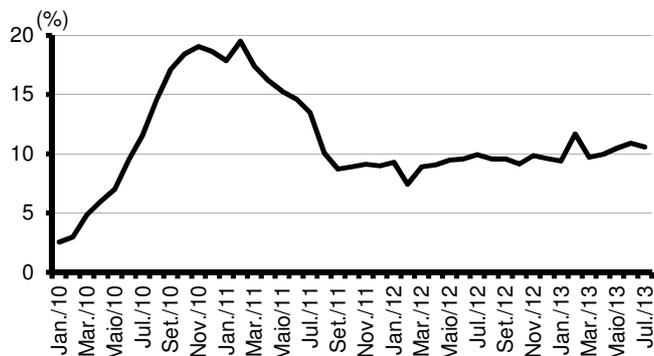


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jul./13



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

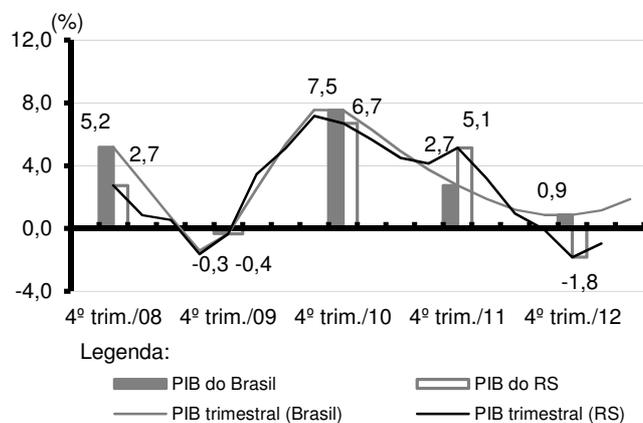
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — fev.-jul./13

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Fev./13	2.118	31.516	6,7	-11,8	-7,8	-18,0	-5,2	7,5	-2,7
Mar./13	3.530	50.837	6,9	-7,2	-7,7	-10,8	-4,2	4,1	-3,6
Abr./13	5.262	70.403	7,5	3,1	-4,3	-0,3	-0,3	3,5	-4,0
Mai./13	7.529	93.618	8,0	10,9	-4,7	8,2	-0,2	2,8	-4,4
Jun./13	11.150	112.971	9,9	30,9	-2,4	10,3	3,6	15,4	-5,5
Jul./13	13.026	133.777	9,7	26,6	-2,2	9,5	3,6	13,2	-5,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

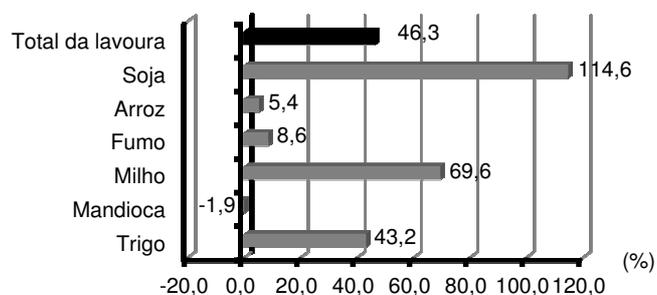
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./08-2º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — jul./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Paradoxo da inserção feminina no mercado de trabalho

A educação pode ser vista como um importante atributo pessoal em termos de qualificação e produtividade, gerando diferenciais significativos, tais como uma melhor inserção no mercado de trabalho e maiores ganhos. Todavia as mulheres enfrentam um paradoxo no mercado de trabalho, historicamente enraizado, pois, apesar de apresentarem maior nível de educação formal, possuem menores rendimentos. Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), em 2012, as mulheres ocupadas tinham 10,4 anos de estudo em média, contra 9,7 anos para os homens, em um cenário onde o rendimento médio das mulheres ocupadas era 26,1% inferior ao masculino.

Analisando-se o nível de escolaridade das mulheres ocupadas, observa-se que há uma maior concentração nos segmentos mais altos (ensino médio completo e ensino superior) do que o observado entre os homens. No entanto, o rendimento médio real das mulheres é inferior ao dos homens em

todos os níveis de escolaridade, tanto em 2000 como em 2012, destacando-se o fato de que, em 2012, o rendimento médio real das mulheres com ensino fundamental completo ou ensino médio completo era inferior até mesmo ao rendimento médio dos homens com ensino fundamental incompleto.

Essa desigualdade salarial sugere um indício de discriminação feminina no mercado de trabalho. Entretanto, em decorrência do desempenho mais favorável do mercado de trabalho nos últimos anos, observa-se uma trajetória consistente de redução do hiato salarial entre homens e mulheres em todos os níveis educacionais, mesmo em um contexto em que os rendimentos auferidos pelas mulheres ainda permaneceram inferiores aos dos homens. A desigualdade salarial entre gêneros é uma questão central da desigualdade econômica das mulheres e requer uma atenção especial das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho.

Rendimento médio real e distribuição dos ocupados, segundo escolaridade e sexo, na RMPA — 2000 e 2012

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	2000					2012				
	Rendimento Médio Real (1)			Distribuição %		Rendimento Médio Real (1)			Distribuição %	
	Homens	Mulheres	Diferença relativa	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Diferença relativa	Homens	Mulheres
Total	1.772	1.211	-31,7	100,0	100,0	1.776	1.313	-26,1	100,0	100,0
Analfabeto	716	464	-35,2	1,6	1,6	(5)-	(5)-	-	(5)-	(5)-
Fundamental incompleto (2) ...	1.131	655	-42,1	39,4	34,0	1.227	795	-35,2	23,5	18,4
Fundamental completo (3)	1.417	801	-43,5	21,4	19,2	1.312	842	-35,8	21,5	17,1
Médio completo (4)	2.166	1.318	-39,2	27,8	31,3	1.789	1.202	-32,8	41,4	45,0
Superior	4.748	3.124	-34,2	9,9	13,8	4.281	2.940	-31,3	13,1	19,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE - Apoio MTE/FAT.

(1) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./12. (2) Inclui alfabetizados sem escolarização. (3) Inclui fundamental completo e médio incompleto.

(4) Inclui médio completo e superior incompleto. (5) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Patrícia Klaser Biasoli
Estatística, Pesquisadora da FEE

Salubridade ambiental: balneabilidade nas principais praias gaúchas

A Organização Mundial da Saúde (OMS), no conjunto das ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar a salubridade ambiental, destaca a importância da coleta em rede independente e o tratamento dos esgotos cloacais. Nesse sentido, a melhora das condições de balneabilidade das praias oceânicas mais populosas nos verões gaúchos é um caso concreto de exemplo positivo de investimentos em saneamento (iniciados nas décadas de 80 e 90 do século passado), beneficiando a saúde e o bem-estar dos veranistas.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) é a responsável pelo monitoramento ambiental das águas das praias, através do Projeto de Balneabilidade, tendo uma série histórica a partir de 2003-04 disponível em seu *site*. O parâmetro de controle utilizado para a classificação em própria ou imprópria para banho é a quantidade dos micro-organismos do grupo coliformes termotolerantes, os quais devem estar abaixo de 1.000 por 100 mililitros de água da amostra.

Ressalta-se que, mesmo sendo consideradas próprias, isso não significa ausência de microrganismos patogênicos e outros resíduos. As águas de chuvas lavam pátios, telhados, calçadas e ruas, que drenam as praias, alterando negativamente a balneabilidade.

A tabela apresenta a situação do monitoramento das águas das principais praias, nos veraneios de 2003-04 e em 2012-13, elencando os maiores valores no período de novembro a fevereiro. Selecionou-se sete pontos de monito-

ramento, de um total de 57 em todo o RS, sendo dois em Torres e um no centro das demais praias consideradas: Capão da Canoa, Imbé, Tramandaí, Cidreira e Cassino. No veraneio 2003-04, apenas Torres, dentre os pontos analisados, apresentou condições impróprias. Já no período 2012-13, apenas a foz do rio Mampituba continuou imprópria, apesar de uma grande redução da contaminação. As demais praias apresentaram condições próprias, demonstrando, de uma maneira geral, tendência de redução da contaminação.

Monitoramento das praias mais populosas do Rio Grande do Sul — nov.-fev. 2003-04 e nov.-fev. 2012-13

PRAIAS	PONTOS DE MONITORAMENTO	NOV-FEV	
		2003-04	2012-13
Torres	Foz rio Mampituba	280.000	16.000
Torres	Praia Grande	1.600	240
Capão da Canoa	Guarita 72 (atual 76)	900	130
Imbé	Av. Beira Mar, 714	900	500
Tramandaí	Panorâmico	520	300
Cidreira	Rua Calábria	531	790
Cassino	Terminal turístico	80	310

FONTE: Fepam.

FEE/CIE/NISA.

NOTA: Quantidade de coliformes termotolerantes/100ml da amostra de água.

Claudio Dias Barbieri
Engenheiro Químico, Pesquisador da FEE

As contas públicas e a política fiscal em 2013

A desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira nos últimos dois anos fez ressurgirem antigos fantasmas que assolam o debate econômico no País. O primeiro deles, que centralizou as preocupações de analistas e governantes durante os primeiros meses do ano, foi o fantasma da inflação. A aceleração inflacionária iniciada em meados de 2012, associada com a reduzida taxa de crescimento do PIB, reviveu o trauma da estagflação que assolou a economia brasileira nos anos 80 do século passado. Como era de amplo conhecimento, o crescimento da inflação no ano anterior teve suas causas bem definidas em problemas de oferta, e, tão logo eles desapareceram, a inflação voltou a reduzir-se. Tal fato, no entanto, não impediu que o Bacen retomasse um novo ciclo de aumento da taxa básica de juros da economia e que continue a fazê-lo, mesmo com a inflação voltando para as metas estabelecidas.

Mais recentemente, como resultado de costumeiras artimanhas contábeis, diversos analistas começaram a trazer à tona o fantasma do descontrole das contas públicas. Um exame mais detalhado destas últimas, no entanto, de forma alguma sustenta a existência desse descontrole. A principal razão para isso está no fato de a dívida líquida total do setor público como proporção do PIB, o mais significativo indicador financeiro e de solvência do Governo, ter-se reduzido, gradualmente, ao longo dos últimos quatro anos. Enquanto, em 2009, ela representava 42,1% do PIB, no final de 2012 esse valor estava em 35,2%. Convém ressaltar que, em 2002, esse valor chegou a 60,4% (gráfico).

Um dos determinantes dessa queda foi a gradual redução nas taxas de juros, que se vem observando desde 2003. Assim, ao longo dos últimos 10 anos, reduziu-se consideravelmente o gasto com juros como proporção do PIB. Em 2012, como resultado da política mais agressiva de redução da Selic, aquele patamar ficou abaixo dos 5,0%. Em segundo lugar, a desvalorização da moeda nacional a partir de meados de 2011 teve uma importante contribuição para o controle da dívida, uma vez que, desde 2006, o Governo tem-se mantido credor em moeda estrangeira. Finalmente, verifica-se que o Governo brasileiro conseguiu manter, até 2008, um superávit primário acima dos 3,0% do PIB. Esse valor foi consideravelmente reduzido com o impacto da crise econômica mundial em 2009 e, nos anos posteriores, não retornou ao patamar pré-crise. Mesmo com esses patamares inferiores do superávit primário, a relação dívida/PIB reduziu-se.

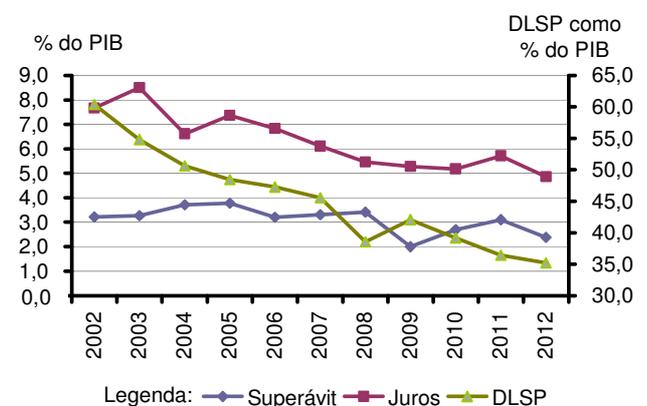
Os analistas que procuram destacar o descontrole das contas públicas em geral concentram suas atenções na queda observada no superávit primário. De fato, os resultados das contas públicas em 2013 mostram certa deterioração, quando comparadas às de 2012. Assim, verifica-se que, no primeiro semestre de 2013, o gasto com juros esteve 6,4% acima do gasto do mesmo período do ano anterior, o superávit fiscal, 20,6% inferior, e, como resultado, a Necessidade de Financiamento do Setor Público foi 45,3% maior. Em função dos ajustes contábeis relativos à dívida interna, no entanto, a relação dívida/PIB reduziu-se para 34,5% ao final deste primeiro semestre. Para o segundo semestre, a política de elevação da Selic parece apontar para a continuidade do aumento dos gastos com juros. Em função do baixo crescimento estimado para o corrente ano e da consequente necessidade do Governo de fazer uso da política fiscal expansionista, dificilmente o superávit fiscal irá atingir o

patamar de 2012. Com isso, o aspecto positivo para as contas públicas em 2013 ficará por conta do possível incremento das receitas governamentais advindas da trajetória ascendente da taxa de câmbio verificada nos últimos meses, fato este que evitaria um crescimento maior do endividamento. Assim, mesmo que a relação dívida/PIB apresente um crescimento no segundo semestre do ano, dificilmente se poderia falar num descontrole das contas públicas.

A questão central na análise desses resultados é que os mesmos não podem ser considerados separadamente da conjuntura econômica nacional e mundial e tampouco devem ser vistos através de resultados pontuais. A permanência da crise econômica nas maiores economias do mundo demanda esforços de natureza anticíclica, os quais têm sido gradualmente adotados pelo Governo. Exigir que o setor público se comprometa a ter o mesmo desempenho primário do período pré-crise implicaria que o mesmo reduzisse consideravelmente os seus gastos, o que iria comprometer ainda mais o frágil crescimento brasileiro.

Assim, o que realmente deveria ser a preocupação dos formuladores da política econômica seria a necessidade de reformulação do regime fiscal brasileiro, que conferisse ao mesmo um caráter anticíclico. Adotar como meta de política econômica um valor fixo para a relação superávit fiscal/PIB, independentemente da conjuntura econômica, implica determinar um caráter pró-cíclico para a política fiscal, o qual, definitivamente, não deve ser o objetivo do gasto público. Ao mesmo tempo, seria fundamental rever a política de aumento da taxa de juros como único instrumento de combate à inflação. Esta última, aliás, também resulta da determinação de uma meta para a inflação que independe dos choques conjunturais, principalmente os de oferta. Tal medida poderia manter a trajetória descendente de gastos com pagamentos de juros e criar um fôlego para a política fiscal. No atual cenário, a política fiscal deve percorrer o difícil equilíbrio entre não permitir uma desaceleração ainda maior do crescimento e, ao mesmo tempo, evitar o descontrole das contas públicas. Até o momento, parece que o Governo está sendo bem-sucedido nestes dois objetivos.

Dívida líquida do setor público, superávit primário e pagamento de juros no Brasil — 2002-12



FONTE: Banco Central do Brasil.

André Luis Contri
Economista, Pesquisador da FEE

O Programa Mais Médicos e a economia da saúde

O Programa Mais Médicos para o Brasil, do Governo Federal, visa ao preenchimento de vagas para médicos brasileiros no sistema público de saúde, e, caso essas vagas não sejam atendidas internamente, abrir-se-á a possibilidade da contratação de médicos estrangeiros. Nesse sentido, o Programa pretende suprir uma demanda reprimida por serviços médicos anteriormente não atendida.

Dados do Ministério da Saúde indicam que o Brasil possui apenas 1,8 médicos por 1.000 habitantes. Proporção inferior à de países como a Argentina (3,2), a Alemanha (3,6), a Austrália (3), a Espanha (4), os Estados Unidos (2,4), a Itália (3,5), o México (2), e o Uruguai (3,7). Analisando-se essas estatísticas, pode-se constatar que existe uma oferta reduzida de médicos no Brasil. A média brasileira de 1,8 médicos por 1.000 habitantes é baixa e, sobretudo, concentrada regionalmente. Cabe frisar, contudo, que esse problema não é uma exclusividade do Brasil. Muitos países como, por exemplo, os Estados Unidos, facilitaram a entrada de profissionais da saúde formados em outros países, a fim de atender à demanda crescente por esses serviços. Assim, a entrada de profissionais do estrangeiro para suprir uma demanda crescente por serviços de saúde não representa nenhuma novidade na esfera internacional e deve ser acessada de forma pontual e despolitizada.

Objetivando salientar o problema da insuficiência de médicos no Brasil, utilizaremos o instrumental analítico da oferta e da demanda. Com esse fim, projetaremos a oferta e a demanda por médicos para 2015 no contexto hipotético de se atingir um novo patamar no que diz respeito à saúde no Brasil. A estimativa será simples, abstraindo-se dos problemas estatísticos relacionados à projeção no tempo e da transição demográfica.

A projeção da demanda será um tanto conservadora, tendo em vista que não será ajustada para o fato de que a demanda por serviços públicos cresce a taxas maiores que a renda. Desse modo, a demanda agregada por médicos será calculada como o resultado do produto da projeção populacional do IBGE pela média da razão médicos por 1.000 habitantes (2,72) de cinco países desenvolvidos (Austrália, Canadá, EUA, Itália e Reino Unido). A estimativa da demanda total visa ao alcance de um novo patamar, equivalente a média dos países desenvolvidos em um curto espaço de tempo. As manifestações recentes no Brasil sugerem que a população cada vez mais demanda serviços públicos de qualidade, desejando chegar a um nível de atendimento similar ao encontrado em outros países.

Quanto à oferta, sua projeção resultará do produto da projeção populacional do IBGE e da atual razão médicos por

1.000 habitantes (1,8). Visando simplificar os cálculos, assumem-se ausentes os efeitos de maiores gastos na formação dos médicos, as possíveis alterações da produtividade do trabalho, e, finalmente, assume-se que a entrada e a saída de médicos da força de trabalho sejam equivalentes. Desse modo, investiga-se como a oferta mudará até 2015. Obviamente, os resultados serão apenas um indicativo do descompasso entre a oferta e a demanda, com o objetivo de salientar o problema da falta de médicos no Brasil.

Os resultados das projeções para o ano de 2015 indicam o descolamento entre a demanda e a oferta, mesmo empregando-se um cenário conservador. Conforme os cálculos, a demanda total por médicos seria de aproximadamente 546,4 mil médicos contra uma oferta de 361,6 mil. Nesse sentido, o excesso de demanda pode ser oportunamente atendido por médicos estrangeiros, desde que haja o devido controle de qualidade.

Inegavelmente, existe uma demanda reprimida por atendimento médico no Brasil, que, de acordo com a simples projeção, pode aumentar consideravelmente. Como aumentos significativos da produtividade do trabalho podem ser descartados no curto e no médio prazo, tudo indica que o descompasso entre a demanda e a oferta deverá aumentar. Desse modo, a ação do Governo, visando prover serviços de saúde a uma população anteriormente não atendida, engendrará ganhos de bem-estar econômico e social.

A melhoria dos indicadores do nível de saúde dos trabalhadores pode inclusive ter efeitos positivos no processo de desenvolvimento econômico. Nessa linha, existe evidência empírica da correlação positiva entre indicadores de saúde e produtividade do trabalho no longo prazo. Assim, a iniciativa do Governo Federal em permitir a entrada de médicos provenientes de outros países será positiva para a economia como um todo.

Ademais, medidas mais amplas, que reduzam as restrições à entrada de outros profissionais na área da saúde, poderão ter impactos importantes nos setores público e privado. Ao contrário da competição entre hospitais e clínicas, que, em geral, via uma marcha forçada pela aquisição de equipamentos, causa o aumento da capacidade e dos preços no setor de saúde, a entrada dos médicos estrangeiros pode representar uma queda nos custos dos hospitais privados. Essas medidas, em conjunto, impactarão positivamente a economia nacional, fortalecendo o trinômio nível de saúde, produtividade do trabalho, e desenvolvimento econômico.

Henrique Morrone
Economista, Pesquisador da FEE e INCRA

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 04.09.13).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos.

Editoração: Breno Camargo Serafini e Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br